

O mito do coronelismo nas páginas da revista “Realidade”¹

José Anderson Freire Sandes²
Universidade Federal do Ceará, Campus Cariri

Resumo

A revista *Realidade*, publicação da Editora Abril, surgiu em um contexto histórico de mudança no Brasil e no mundo. Entre 1966 e 1968, a publicação inovou no jornalismo brasileiro, mas reproduziu discursos do poder, aproveitando-se da indústria cultural impulsionada pelo Governo Militar e, principalmente, reforçou clichês e estereótipos relacionados ao Nordeste brasileiro. O principal objetivo deste trabalho é a análise da reportagem “Coronel não Morre”, de José Hamilton Ribeiro, publicado por *Realidade* em novembro de 1966, quando a revista reproduziu um discurso, de decodificação simples, cristalizando de forma mítica a figura do coronel nordestino.

Palavras-chave: Realidade; História do Jornalismo, Coronelismo; Nordeste; Mito.

1. Introdução

A revista *Realidade*, lançada em 1966, pela Editora Abril, continua a ser alvo de inúmeras pesquisas acadêmicas. A revista inovou em várias frentes ao abordar, principalmente, pautas relacionadas à vida política, econômica e cultural do País. Tocou em temas tabus para a sociedade da época – estrutura familiar, sexualidade, divórcio e religião. Reportagens que polemizaram e fascinaram através de um texto que une códigos da literatura com o do jornalismo.

Para o professor Edvaldo Pereira Lima em *Páginas Ampliadas – O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura* – a revista surgiu com uma proposta ambiciosa e descortinou um Brasil múltiplo e diverso em seus variados campos de atividade – economia, produção artística, comportamento, disputas políticas. (LIMA, 2004, p. 225). Rildo Cosson em *Fronteiras Contaminadas – Literatura como Jornalismo e Jornalismo como Literatura no Brasil dos anos 1970* – aponta que a revista, produto de uma primeira experiência no campo do jornalismo da Editora Abril, foi um marco na imprensa brasileira na segunda metade dos anos 60. (COSSON, 2007, p. 103).

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação

² Professor Assistente do Curso de Comunicação Social-Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Ceará

Realidade, além de polêmica, foi uma das revistas ilustradas mais importantes do País naquela quadra histórica, principalmente entre 1966-1968. Com uma diagramação avançada para a época, a revista equilibrou texto e fotografia e inovou no seu modo de contar histórias, investindo na reportagem autoral, verticalizada. Surgiu, ainda, numa quadra de fortes mudanças nas políticas públicas culturais no Brasil.

Além das representações que a publicação fez de um mundo em profundas mudanças comportamentais e políticas, nos interessa, particularmente, representações que a revista perpetrou do Nordeste brasileiro. Analisamos, para isso, o perfil de um dos coronéis mais poderosos do Nordeste, momento em que a revista reproduziu discurso de uma região com um passado rural e pré-capitalista, cristalizando um conjunto de clichês e estereótipos de decodificação fácil e imediata.

A revista transitou entre a vanguarda e o conservadorismo. Foi de vanguarda quando tratou de assuntos como legalização do divórcio, da liberdade sexual das mulheres e dos jovens, do homossexualismo, do fim do celibato para os padres, entre outros assuntos. *Realidade* foi conservadora quando produziu discursos do poder ao realizar perfis de várias personalidades ligadas ao regime militar ou reportagens que reforçaram estereótipos e clichês, muitos deles relacionados ao Nordeste.

Realidade gerou um tipo de idealização positiva no imaginário de jornalistas e acadêmicos, recorrentes em livros (alguns deles de memórias de ex-repórteres e de dissertações de mestrado e teses de doutorado). Idealização que, de certa forma, produz uma imagem mitificada da publicação. “O episódio histórico por si, por mais importante que seja, não é conservado na memória e a lembrança tão pouco alimenta a imaginação, salvo enquanto estiver próximo a um modelo mítico”. (ELIADE, 1999, p. 43).

A professora Marialva Barbosa, em seu livro *História Cultural da Imprensa – Brasil 1900-2000* - recorre a Eliade, explicitando que o passado chega ao presente em forma de mito, quando se preserva e se transmite modelos exemplares. Na sua pesquisa, a professora reproduz discursos de donos de jornais e jornalistas que reportam uma imagem mitificada da profissão. Para Marilena Chauí, o mito é aquele “que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, é a representação de si mesmo”. (CHAUÍ, 2004, p. 9). Ou seja, o vínculo com o passado, com a origem, se mantém eternamente presente. O mito oferece-nos respostas aceitáveis, não refletindo uma realidade objetiva, mas antes constrói o seu próprio mundo. Interpretamos que a própria mídia é a primeira que realiza uma prática

contínua de auto-legitimação na sua leitura do passado para reforçar seu papel social diante de um contrato historicamente social e historicamente definido. “O destinatário saberá qual o intuito da mensagem, como pode ser usada e também os efeitos que pode gerar”. (ALSINA, p. 47, 2005)

Realidade foi uma publicação de relevo, mas os processos comunicacionais são complexos e envolvem campos também complexos como o da produção, circulação e recepção da notícia. Esse trabalho inicial, realizado no âmbito do grupo de pesquisas *Fotografia, Imagens e Representações*, da Universidade Federal do Ceará, Campus Cariri, registrada no CNPq, busca investigar, além da reconfiguração social do coronelismo no Nordeste, estratégias, apelos e valores da revista entre 1966 e 1968 com base em referenciais teóricos da fundamentação pedagógica do Jornalismo, métodos de apuração, seleção e produção de reportagens.

2. No tempo dos coronéis

O fenômeno do mandonismo e coronelismo esboçou-se ainda na Colônia, delineou-se no Império, mas consolidou-se após o advento da República. Victor Nunes Leal em *Coronelismo, Enxada e Voto* assinala que o coronelismo é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos, entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. (LEAL, 1975, p. 20). Troca que se fortaleceu durante governo do presidente Campos Sales (1898-1902), com sua Política dos Governadores. Assinala ainda Victor Nunes Leal que à base dessa política era o domínio dos governadores sobre o voto. O controle das urnas pelo governo, através das oligarquias municipais, logicamente, com o auxílio da fraude, institucionalizou no País a famigerada Política dos Coronéis. (LEAL, 1975, p. 247).

É importante ressaltar que à base de sustentação dos coronéis encontrava-se num sistema violento, de promiscuidade entre às estâncias privadas e públicas. Joaryvar Macedo em *Império do Bacamarte*, obra que analisa o fenômeno no Cariri cearense, assinala que o clima gerado pela prepotente atuação sócio-política do coronel, era para as populações de absoluta insegurança e intranquilidade. Um sertão sem lei, sem justiça. Focando o Nordeste, particularmente o Ceará, Joaryvar aponta que o fenômeno assumiu proporções estarrecedoras ao fragor das balas do tradicional bacamarte, força invencível que eliminou os demais poderes, submetidos a uma nova lógica com o domínio dos governadores e seus aliados. “Os civis escolhidos para cargos de delegados, subdelegados, quando no exercício

do cargo se tornavam em pau para toda a obra, a serviço do coronel. A crônica sertaneja registra violências inomináveis”. (MACEDO, 1990, p. 19).

O professor José Murilo de Carvalho em *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: um Discurso Conceitual*, citando Victor Nunes Leal, define que o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República numa textura de compromissos recíprocos. Reafirma que o coronelismo é datado historicamente, consolidando-se após a política dos estados implantada por Campos Sales em 1898. Enfatiza, ainda, o professor que o coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. Segundo ele, o fenômeno foi definitivamente sepultado em 1937, com a implantação do Estado Novo, e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos.

Mencionamos a complexa questão do coronelismo apenas com objetivo de contextualização. Importa pensar que os coronéis após a revolução de 1930, perderam seu papel primordial frente a um Estado centralizador. A construção social de uma realidade histórica por uma das mais prestigiosas publicações da imprensa brasileira – a revista *Realidade* – se fez através de estereótipos e clichês. Quando *Realidade* traçou o perfil de um dos mais poderosos coronéis de Pernambuco, Francisco Heráclio do Rêgo (1885-1974) em “Coronel Não Morre”, em novembro de 1966, o fenômeno do coronelismo não mais existia. Mas sim o mito recriado sobre o coronelismo dentro de novos discursos regionalistas formados a partir de meados Século XX.

O coronelismo, que foi um fenômeno presente em todo o Brasil, continua sendo um fenômeno associado até hoje ao Nordeste. (...) É inegável que o mito do coronel continua a povoar o imaginário político no Brasil. Há até hoje o desejo de ser ou de ter sido coronel, o que talvez explique o enorme sucesso que este personagem faz na mídia (...) O nordestino visto também como homem rural, herdar da figura do coronel, ao mesmo tempo, esta imagem de ser um personagem de outros tempos, um personagem sempre em atraso com a modernidade, um homem bronco, rude autoritário, violento, politicamente primário. (ALBUQUERQUER JR. p. 109-110, 2007)

A imagem dos coronéis nordestinos foi projetada pela mídia – incluindo jornais, revistas, televisão e rádio – ora com aspereza e crueldade, ora com uma dose de curiosidade e simpatia – caso de “O Coronel não Morre” -. Os pesquisadores Marcos Vinícius Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque analisaram em *Coronel dos Coronéis – Apogeu e Declínio do Coronelismo no Nordeste* a trajetória de quatro coronéis pernambucanos – Chico Romão, José Abílio, Chico Heráclio e Veremundo Soares.

Assinalam na obra que num processo de rápidas transformações, a política dos coronéis antes violenta e arbitrária foi exumada “como uma relíquia do passado, descoberta de uma reminiscência de outro mundo e outro tempo”. (VILAÇA E ALBUQUERQUE, 2003, p. 28).

3. No tempo dos militares

Realidade foi fundada nos primeiros anos do golpe militar. Teve uma duração de dez anos (1966-1976) e surgiu dentro do contexto em que a interpenetração da esfera de bens eruditos e dos bens de massa configuram uma realidade particular. (ORTIZ, 1989, p. 65). Com relação ao processo ditatorial vivido pelo Brasil – parte dele vivenciado por *Realidade* - Renato Ortiz expõe que durante o período de 1964-1968 -, a censura não se define exclusivamente pelo veto a todo e qualquer produto cultural.

Ela age como repressão seletiva que impossibilita a emergência de um determinado pensamento ou obra artística. São censuradas peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria cultural. O ato censor atinge a especificidade da obra, mas não a generalidade da sua produção. O movimento cultural pós-64 caracteriza-se por duas vertentes que não são excludentes: por um lado se define pela repressão ideológica e política; por outro é um momento da história brasileira onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais. Isto se deve ao fato de ser o próprio Estado autoritário o promotor do desenvolvimento capitalista na sua forma mais avançada. (ORTIZ, 1989, p. 114 e 115)

Cita ainda Ortiz que um dos casos exemplares daquele contexto é o da Editora Abril, que hoje domina o mercado de revista. O grupo fundado em 1950 por Victor Civita começa a sua produção publicando no Brasil *O Pato Donald*. Entre 1950 e 1959, ela edita sete títulos; entre 1960 e 1969, o número sobe para 27; no período de 1970 a 1979 atinge 121 títulos. (ORTIZ, 1989, p. 123). Foi entre 1966 e 1968 que *Realidade* quebrou paradigmas e se filiou ao discurso transgressor do espírito do tempo atrelando a sua linha editorial aos emergentes segmentos modernos que encamparam, em meados dos anos 60, à ordem conservadora, encaixando-se no que Ortiz denominou de desenvolvimento capitalista avançado.

Realidade surgiu no contexto histórico que conjugou a visão de um grupo de jovens jornalistas com a do próprio patrão, Victor Civita. Como já frisamos num quadro de mudanças comportamentais. Ou como defendeu José Hamilton Ribeiro, ex-repórter da revista, ao apontar dois elementos conjunturais para o seu sucesso: a possibilidade da Editora Abril investir num projeto mais ambicioso durante o tímido liberalismo de Castelo Branco, primeiro presidente da Ditadura Militar, e uma fermentação mundial que

“desembocaria no ano do macaco, em 1968, na explosão da juventude em todo o mundo, que nunca mais seria o mesmo. Alemanha, Paris, Vietnam, China, México, Brasil - o diabo ficou à solta naqueles tempos do macaco, com a moçada agitando tudo, para sempre”. (MORAES, 2007, p.44))

Nos primeiros três anos de existência, *Realidade* atingiu um número de leitores dos mais expressivos para uma revista mensal – o pico da revista de 500 mil exemplares – foi alcançado na edição número 11. Cada edição trazia doze matérias sobre diferentes assuntos na sua primeira fase. Uma fórmula que um dos redatores da revista Mylton Severiano da Silva chamou de caleidoscópio. Não foram apenas a seleção e hierarquização dos acontecimentos, atributos positivos alcançados por *Realidade*. Mas também seu texto inovador. Para Edvaldo Pereira Lima, a publicação teve o mérito de encontrar uma expressão literária própria, ajustada ao relato do real que, se não fazia avançar a técnica literária – de ficção ou de factualidade – para rumos completamente novos, adaptava às suas necessidades o arsenal de artifícios correntes naquele momento.

Uma das características do “estilo realidade” é que não havia estilo uniforme padrão. Cada profissional que procurasse a sua forma de expressão, mais indicada para cada circunstância. Por isso, as reportagens tinham seu toque de individualidade e o que dava unidade de estilo à revista é que todos primavam pela experimentação estética. Realidade era uma revista de sabor, as matérias tinham de encontrar a sua forma de canalizar e reproduzir o contato visceral com a vida. (LIMA, 2009, p. 230).

A professora Letícia Nunes Moraes assinala em *Leituras da Revista Realidade – 1966-1968* que os jornalistas de *Realidade* tiveram influência direta do *new journalism* norte-americano. Tipo de narrativa iniciado nos Estados Unidos aproximando a literatura do jornalismo ao empregar recursos literários para narrar eventos jornalísticos (conteúdo jornalístico e técnica/forma ficcional). As principais características são, além do estilo literário na narração dos fatos, a presença do repórter na matéria, podendo até mesmo ser um personagem de sua narrativa anulando, assim, a suposta objetividade jornalística, característica do tipo convencional de reportagem.

Não foram poucos os assuntos polêmicos abordados por *Realidade* no período 1966-1968. Mesmo assim apenas duas reportagens colocam em confronto a Abril e o Judiciário – a censura ainda não tinha sido instituída pelo Poder Militar – que saiu em defesa da “moral e dos bons costumes”. O primeiro quando a revista abordou o tema sobre a sexualidade da juventude, numa pesquisa realizada junto à juventude, intitulada “A juventude diante do

sexo”. O segundo quando a revista publicou uma edição especial sobre a mulher brasileira. Victor Civita escreveu editoriais em defesa das reportagens, mas jamais bateu de frente com o poder constituído. “A posição da revista era a de não entrar em choque com o Judiciário, privilegiando a sua própria sobrevivência”

(MORAES, 2007, p. 50).

O professor José Salvador Faro ressalta em *Revista Realidade 1966-1968 – Tempo de Reportagem na Imprensa Brasileira* a importância da revista para o jornalismo brasileiro, mas aponta relações de proximidade quando se analisa a relação da publicação e do Poder Militar. Depois dos embates com a Justiça, a revista, que já tinha conquistado leitores das classes “A” e “B” passou a tratar com mais discrição temas que poderiam desagradar ao governo. Eram comuns os perfis de presidentes militares e autoridades importantes naquele momento.

Faro cita muitos perfis de autoridades realizadas pela revista, uma estratégia da publicação em legitimar o Estado autoritário e a nova ordem econômica. Citamos como exemplo o perfil de Roberto Campos, escrito por Alessandro Porro. “Nele, Campos é retratado como um homem simples, com raízes populares muito fortes e extremos requintes intelectuais, citando monólogos de Shakespeare e versos de Vinícius de Moraes diante de uma biblioteca de três mil volumes”. (FARO, 1999, p. 170)

A revista traçou ainda perfis dos presidentes Castelo Branco e Costa e Silva. Relatos que humanizavam os personagens. Mostrava o homem atrás dos importantes cargos que exerciam – frugalidade, simplicidade e inocência. “O perfil de Costa e Silva ganhou nas páginas de *Realidade* uma moldura de popularização – ‘o general tinha cara de mal, é gaúcho dos bons, gosta de cavalos e sabe chorar’, humanização associada ao seu programa de governo”. (FARO, 1999, 171). Da mesma forma que a revista contou a “estória”, em novembro de 1966, do coronel pernambucano Chico Heráclio, já em um período de decadência do coronelismo no Nordeste brasileiro.

Realidade foi protagonista, dentro daquele contexto de mudança, de um jornalismo que não resistiu aos impactos tecnológicos, nem ideológicos. A consolidação da cultura de massa passou a integrar o mercado ajustado aos padrões internacionais, dentro da nova ordem estabelecida. Para Miquel Alsina a mídia, ou parte dela, não está sob a égide direta de um único poder político. Existem acontecimentos que se impõem no próprio sistema de comunicação institucionalizado, por possuir determinadas características. Ele assinala que a

construção social da realidade por parte da mídia é um processo de produção, circulação e, principalmente, reconhecimento.

Portanto, essa relação entre o jornalista e seus destinatários estabelece-se por um contrato pragmático fiduciário social e historicamente definido. Os jornalistas têm incumbência de recopilar os acontecimentos e os temas importantes e dar-lhe sentido. Esse contrato baseia-se em atitudes epistêmicas coletivas, que foram se compondo através da implantação do uso social da mídia como transmissora da realidade social de importância pública. A própria mídia é a primeira que realiza uma prática contínua de auto-legitimação para reforçar esse papel social. (ALSINA, 2005, p. 47).

Ainda segundo Alsina quando determinado meio de comunicação de referência transmite um acontecimento, sua difusão se multiplica com muita facilidade, atingindo de forma emotiva ou ideológica o destinatário. (ALSINA, 2005, p. 145 e 147). Logicamente, o autor de *A Construção da Notícia* discorre sobre outras implicações ao tratar dos destinatários das notícias, diante das relações difíceis e complexas quando se coloca a problemática das fontes e da recepção das notícias.

Seguindo o raciocínio de Alsina, *Realidade* não fugiu à lógica da produção, circulação e, principalmente, reconhecimento. Abraçou uma linha editorial que refletiu e aprofundou debates pautados por um singular momento histórico. A partir de suas reportagens, a publicação manteve seu pacto com o leitor.

A revista rompeu com rotinas profissionais e estabeleceu sentido para os fatos. Não esqueceu o poder militar – principalmente ao traçar perfis de governantes – e a modernização da estruturação das políticas culturais, inserindo-se na nova ordem política e de mercado. Na grande imprensa, onde se mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos para a sedução do leitor são indispensáveis. “A concorrência de mercado obriga cada jornal a enfrentar os adversários com as armas mais apropriadas à clientela que pretende atingir. (CAPELATO, 1988, p. 15).

4. O coronel Chico Heráclio

Realidade não deixou de revisitar antigas e recorrentes pautas, muitas delas consideradas exóticas e folclóricas por parte da imprensa do Sul, quando explorou, por exemplo, o coronelismo e o messianismo no Nordeste. Seja em grandes reportagens, seja traçando perfis de personagens da região. Geralmente, matérias de interesse humano, algumas tratando do desespero do nordestino, uma leitura triste e estarrecedora de uma região mergulhada em tragédias.

Muitos dessas reportagens não deixaram de ressaltar preconceitos, mitos e misérias reforçando um discurso de um Nordeste regido apenas pela seca, messianismo, coronelismo e o cangaço. “Coronel não Morre”, de José Hamilton Ribeiro, publicada em novembro de 1966, reforça essa imagem. Com um texto construído aos moldes do *new journalism*, Hamilton Ribeiro não deixa de legitimar, no discurso do coronel e de sua parentela, chavões já configurados nos processos de comunicação social da mídia.

Francisco Heráclio do Rego (1885-1974) foi um dos mais importantes coronéis nordestinos das primeiras décadas do Século passado no Nordeste brasileiro. Dominou durante décadas a cidade de Limoeiro, agreste pernambucano. Foi um dos coronéis pernambucanos mais ligados à imprensa. Segundo André Heráclio do Rêgo em *Família e Coronelismo no Brasil – Uma História de Poder*, ele não vivia à margem da Lei e não representava, portanto, a rebelião e a oposição às estruturas de poder dominante. “Bem ao contrário, fazia parte dessa estrutura, e não tinha necessidade de utilizar a violência armada para impor-se: seu domínio era ligado à riqueza, às alianças com outras estruturas de poder e ao carisma”. (RÊGO, 2008, p. 250).

Marcos de Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcante de Albuquerque relatam, no entanto, em *Coronel. Coronéis – Apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste* que Francisco Heráclio agia com mão forte nos tempos de poder valendo-se da força e do enfrentamento, principalmente em acirradas campanhas políticas. Com o poder da polícia mandava e desmandava em Limoeiro. Os autores de *Coronel. Coronéis* acusam Chico Heráclio, também, de desonestidade e esperteza, ao negociar com pequenos proprietários de terras e alargar cada vez mais seus domínios. Conhecendo bem o mercado de terras e usando das prerrogativas do sistema, aumentou seu capital comercializando com engenhos e fazendas. “Com práticas violentas, ele angariou terras em condições excepcionais. Nisso é impiedoso. Oferece o mínimo. Impinge o máximo”. (VILAÇA E ALBUQUERQUE, 2003, p. 133).

Quando *Realidade* o entrevistou, em 1966, Chico Heráclio não era mais o poderoso coronel de antigamente, mas detinha um capital simbólico construído através de suas relações com jornais e jornalistas. O repórter José Hamilton Ribeiro utiliza de vários recursos estilísticos para descrever um dia na vida do coronel. O perfil é traçado a partir de diferentes focos narrativos. Antes de apresentar Chico Heráclio ao leitor, o repórter descreve personagens, a cidade de Limoeiro, cenas da casa-grande. O coronel é citado, no início da matéria, apenas com um dos mais poderosos homens da região. No decorrer da

narrativa, Hamilton vai reforçando a mitologia explorada por romances, novelas e pela própria imprensa em torno do coronel de Limoeiro ou Leão das Varjadas – nome de sua fazenda mais conhecida – “Sua vontade sempre foi a lei de todos” ; “A bondade é como o terrorismo: uma tática”; “Criminoso tem honra, assassino não presta” – foram alguns dos intertítulos colocados ao longe de nove páginas do perfil.

Em um crescente fluxo narrativo, o repórter, inicialmente, vai lançando apenas pistas, pílulas que tencionam o texto. “Às sete da manhã o coronel está em seu gabinete – a varanda da sua casa”. Da varanda da casa do coronel, Hamilton Ribeiro vai descrevendo personagens que vivem ao redor dele, todos submissos, até seus próprios filhos. “Filho meu só é de maior quando eu morrer”. José Hamilton quase não interfere na construção do perfil do coronel e se mantém como um observador atento e singular. No entanto, suas marcas na construção textual são visíveis. Desse narrador, o que o leitor espera, tacitamente, “não é um discurso da verdade absoluta, mas sim uma leitura individual, marcada pela experiência própria do autor, seu modo de captar e expressar a realidade, sua interação com as personagens da História”. (LIMA, 2009, p. 369).

José Hamilton Ribeiro tece sua narrativa com vários cortes. Ora reproduzindo cenários, ora diálogos de Chico Heráclio e sua parentela. Situação (unidades básicas do acontecimento); intensidades (ressonância emocional do acontecimento) e o ambiente (descrição de traços do meio físico ou mental que cercam o fato) são, para Edvaldo Pereira Lima, pontos essenciais na narrativa autoral. Elementos também presentes no texto “Coronel Não Morre”.

Da cerquinha da varanda, sem entrar, mostra-se um moreno baixo, cabelo cortado, os olhos picando muito.

- Baú tá liso, coronel.

O coronel levanta-se, vai até o homem, passa-lhes umas nota de mil, manda-o caminhar e, antes de voltar para a sua cadeira, explica.

- Com toda a cara de bobo, esse aí já matou um. Tirei ele da cadeia.

Entrando pelas portas do fundo, uma mulher muito bem dispostas surpreende o coronel.

- O que cumade, já está raspando a perna do defunto. Nem bem o homem chegou ao céu, já voscimicê tá toda enfeitada outra vez? (REALIDADE, novembro de 1966, p. 28)

(...)

Em nenhum lugar o coronel desce do carro. Todos vêm até ele, que não conversa muito. Dá o recado que quer, e ordena ao motorista.

- S’imbora, Mané.

Cumprimenta pelo nome a maioria das pessoas, e só pára para conversar se o sujeito é um **contra**. Desbocado e direto, não manda ninguém dizer – ele mesmo diz. As crianças o reconhecem no carro e gritam:

Olha o coronel Chico.

Ele responde:

- Sai pra lá, simbute!

Se ver por ali uma moça bonita, novinha, manda o motorista dar várias voltas no quarteirão:

- Revólver, automóvel e mulher, pra mim só zero quilômetro. (REALIDADE, novembro de 1966, p. 32)

(...)

O destempero verbal prossegue e, na beira do escândalo, vem o pantim. (tática terrorista).

- Olhe cumade, vosmicê qué fazê festa, faiz. Mas se aquele cabra vier aqui eu mando um dos meus meninos acabar com esse forró a tiro. Não é muleque,. (REALIDADE, novembro de 1966, p. 32).

Como um narrador atento, particularmente aos detalhes, Hamilton vai descortinando a vida do coronel Chico Heráclio – cotidiano simples, homem de hábitos rústicos, mesa simples, mas farta, grande proprietário rural, grande inteligência, desinteresse pela educação formal dos filhos (“único diploma que dou a eles é o de deputado”), seu apego ao passado, a Limoeiro e ao seu povo. José Hamilton não deixa de registrar também alguns conceitos que sempre pontuaram a vida do coronel.

Para ele a diferença entre criminoso e assassino é fundamental: criminoso mata numa briga, por questões de honra ou legítima defesa, onde também poderia ter morrido. Assassino mata por perversidade ou para roubar. Esse não presta. (REALIDADE, novembro de 1966, p. 34)

O perfil de Chico Heráclio traçado por José Hamilton Ribeiro faz a representação típica do senhor patriarcal: comandante absoluto de seus domínios compostos por parentes consanguíneos, pelos compadres, afilhados e agregados. A figura do coronel nunca é atingida de forma negativa. Sua representação de personalidade folclórica, que pertence a outra época, por exemplo, é determinante na apresentação mítica encontrada na reportagem de José Hamilton Ribeiro. A idéia do último coronel e do fim de uma época é recorrente, “mas matizada uma outra, a de imortalidade: o coronel não morre. A síntese e a conclusão são a constatação que faz a reportagem publicada na *Realidade* : ninguém é indiferente a figura do coronel. (RÊGO, 2008, p. 301).

Durval Muniz de Albuquerque Junior em *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* assinala que a mídia sempre utilizou estereótipos quando lança um olhar sobre o Nordeste, particularmente quando focou temas como o messianismo, o coronelismo, a seca e o cangaço. Para ele, o Nordeste o nordestino miserável, seja na mídia ou fora dela, “não são produtos de um desvio de olhar ou fala, de um desvio no funcionamento do sistema de poder, mas inerentes a este sistema de forças e dele constitutivo. O próprio Nordeste e os

nordestinos são invenções de determinadas relações de poder e do saber a elas correspondentes”. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 31)

O autor problematiza a produção histórica e cultural nordestina responsável pelas mesmas práticas discursivas que cristalizaram desde o início do século passado um olhar estereotipado da região. “Este espaço surge abordado por seus temas e imagens já cristalizados, ligados à própria produção cultural – a seca, as retiradas, as experiências de chuva, a devoção aos santos, o Padre Cícero, a questão de honra”. (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 181).

Tanto nas narrativas em torno do cangaço, como nas narrativas em torno do messianismo, das secas ou da decadência da sociedade tradicional, o coronel é uma presença constante. Figura sempre ambígua entre o potentado discricionário, covarde, violento e mesquinho, e o homem paternal, dirigente, sábio, educador e protetor dos mais fracos, mantenedor da ordem e promotor do progresso econômico e social (...) Embora tenha ocorrido em todas as áreas de predomínio rural no País, o coronelismo vai também ficar associado à imagem do Nordeste. (ALBUQUERQUE JR. p. 146 e 147).

A revista da Editora Abril Cultural revisitou com a pena de um repórter talentoso antigas histórias. Refez antigos caminhos atualizando um assunto superado política e economicamente, mas ainda presente no imaginário coletivo. Como assinala Miquel Alsina “não existe leitura da realidade que seja descontextualizada e que não esteja objetivada. O sujeito observador é o que confere sentido ao acontecimento”. (ALSINA, 2009, p, 113).

Chico Heráclio transformou-se, como já assinalamos, numa figura lendária e folclórica. Tanto que inspirou personagens do rádio e da televisão como o coronel Ludugero, em Pernambuco, e o coronel de Limoeiro, em nível nacional, personagem criado por Chico Anysio, já no contexto de uma indústria cultural. Chico Heráclio sempre foi uma fonte recorrente. Para Alsina, esse tipo de fonte se institucionaliza socialmente. São estatutos essenciais para a prevalência da verdade de determinados discursos. “O efeito de dizer a ‘verdade’ é reforçado, justamente porque a mídia costuma recolher o mesmo tipo de notícia”. (ALSINA, 2009, p. 174).

O perfil traçado por José Hamilton em nove páginas da revista *Realidade* teve o sugestivo título “O Coronel Não Morre”. Geralmente, matérias de outras publicações, editadas entre 1950 e 1960, traziam manchetes referindo-se a Chico Heráclio como “O Último Coronel”. É o caso de “O crepúsculo dos semideuses – começa a decadência do coronelismo no Nordeste”, matéria publicada na revista *Manchette*, em sete de fevereiro de

1959; ou “O último coronel”, matéria publicada em *O Cruzeiro*, em 25 de julho de 1964”. (RÊGO, 2008, p. 295-296)

5. O passado empurra o presente

Realidade passou por muitos Brasis. Arcaicos, modernos e revolucionários. Visitou o Nordeste brasileiro por diversas vezes. Foram várias reportagens – “Este boi é meu”, de Roberto Freire, publicada na edição de março, de 1967; “O Piauí existe”, de Carlos Azevedo, abril de 1967; “Eles estão com fome”, de Eurico Andrade, agosto de 1968; “O sertão quer um messias”, de Dirceu Soares, dezembro de 1968; “Profissão: Matador”, de Roberto Freire, março de 1968; “Eu não queria matar Corisco”, de Christina Matta Machado, de outubro de 1968; “Acontece que ele é Baiano”, de Décio Bar, dezembro de 1968, entre muitas outras. Nordeste é seu rosário de tragédias e misérias.

O início da Ditadura Militar não deixou de ser propício para publicação da Abril. Roberto Sabato Cláudio em *A Revista Realidade e o processo cultural brasileiro dos anos 60*, ao contrário outros pesquisadores, defende que a revista jamais foi porta-voz da contracultura a exemplo de *O Pasquim*, *Movimento*, *Opinião* e estava perfeitamente inserida no *stablishment*. Defende ainda que a revista soube aproveitar-se da indústria cultural impulsionada pelo governo militar veiculando temas polêmicos na época – aborto, pílula, drogas, juventude, rebeldia. Dessa forma, ela foi importante, como porta-voz do espírito do tempo. Mas não falava de política brasileira nem problematizava as questões regionais do país.

Donde, uma composição possível entre a direção da revista e seus interesses empresariais e uma redação de melhor qualidade, extraída do contexto pré-64, pode explicar a posição singular e excepcional de *Realidade* na história da imprensa brasileira. Um equilíbrio que pode até ter contatado com a simpatia e a aprovação do governo, que assim adquiria um bom alibi para sustentar sua fachada de abertura e tolerância. (MOREIRA, p. 422- 423)

O momento foi próspero em empreendimentos privados na área da cultura – nos campos da indústria fonográfica, televisiva, cinematográfica e editorial. Num primeiro momento favorável à *Realidade*, mas tornando-se cada vez mais complexo e colocando a publicação da Abril Cultural em crise. Nos Estados Unidos e Europa, publicações mensais se especializavam – moda, automóvel, ciências e cultura. Mas as de interesse geral, não. O mesmo ocorria no Brasil. A queda da tiragem de *Realidade* era violenta. Os motivos para o

declínio da revista alinhados por pesquisadores são diversos. O pesquisador J. S. Faro cita questões de mercado para o declínio da publicação.

Quando Vitor Civita apresentou ao público o primeiro número de *Veja* (setembro de 1968), a justificativa para o lançamento da revista vinha embasada na idéia de que o Brasil não pode ser mais o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e o regionalismo: precisa de informações rápidas e objetivas, a fim de escolher novos rumos (...) Essa avaliação era acompanhada pela Editora Abril de uma análise mercadológica das dificuldades enfrentadas pelas revistas ilustradas que tinham seus dias contados e só poderiam ser substituídas por revistas de informação rápida e objetiva. (FARO, 1999, p. 92)

Com a modernização dos jornais, a televisão ocupando cada vez mais lugar na vida da população e a chegada das semanais como – *Veja* –, *Realidade* começou a perder a sua razão de ser. As semanais tomaram-lhe exclusividade da pauta. *Veja*, inclusive, realizou reportagens sobre coronelismo no Nordeste, inclusive com o coronel Chico Heráclio. Mas de maneira bem diferente da realizada por *Realidade*. Em outubro de 1969, em “Só Restam Dois Coronéis” a revista trata de forma crítica o fim obscuro de Chico Heráclio e José Abílio de Albuquerque, dois coronéis pernambucanos – “senhores arbitrário, implacáveis com quem ousava desafiá-los”. (VEJA, 22 de outubro de 1969, p. 27). Com relação a Chico Heráclio a revista assinalou:

Chico Heráclio, 83 anos, dono de mais de 30 fazendas, pai de mais de vinte filhos naturais (entre os legítimos, dois são deputados), cultivava a imagem de coronel poderoso. Perdeu eleições para a prefeitura de Limoeiro. Por isso não quer abandonar a política, que provar que seu prestígio não diminuiu. Passa os dias no terraço de sua fazenda principal. (Veja, 22 de outubro de 1969, p. 27)

Realidade foi um produto típico de sua época Deixou marcas e causou impacto durante a sua primeira fase de existência (1966-1968), mesmo com a sua proximidade com o poder militar e ao reproduzir discursos cristalizados sobre o Nordeste brasileiro. A publicação contou histórias sobre o Nordeste e os nordestinos, como a do coronel Chico Heráclio. Histórias sempre rearticuladas e reinterpretadas ao longo do tempo, mas que emanam da cultura e para a qual retornam, como defendem S. Elizabeth Bird e Robert W. Dardene em *Mito, registro e 'estórias: explorando as qualidades narrativas da notícia*. Dessa forma, o vínculo da revista com o passado se mantém eternamente presente. Por isso, *Realidade*, como o coronelismo nordestino, não morre.

6. Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- _____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar** - As fronteiras da Discórdia. São Paulo. Cortez Editora, 2007.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa** – Brasil 1900 – 2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual**. In: Dados vol. 40, n. 2. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- FARO, José Salvador. **Revista Realidade – 1966-1968** – Tempo da Reportagem na Imprensa Brasileira. Canoas, RS: Editora da Ulbra, 1999.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.
- LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas** – O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. São Paulo: Editora Manole, 2009.
- MARÃO, José Carlos e RIBEIRO, José Hamilton. **Realidade Revista**. A História e as melhores matérias que marcou o jornalismo e influenciou as mudanças no País. São Paulo: Realejo Livros, 2010.
- MACEDO, Joaryvar. **Império do Bacamarte**. Fortaleza: Editora UFC, 1990.
- MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MIRCEA, Eliade. **Mito do Eterno Retorno**. São Paulo: Editora Mercuryo, 1999.
- MORAES, Letícia Nudes de. **Leituras da Revista Realidade – 1966-1968**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2007.
- MOREIRA, Roberto Sabato Claudio. A Revista Realidade e O processo Cultural Brasileiro dos anos 60. In: MOUILLAND, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O Jornal da Forma ao Sentido**. Brasília: UnB, 2002.
- ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira** – Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Editora Braziliense, 1988.
- PEREIRA JR., Luiz Costa. **A apuração da notícia** – Métodos de Investigação na Imprensa. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- Revista Veja. **Só Restam dois Coronéis**. São Paulo, n. 59, 22 de outubro de 1969, p. 27.
- RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil** – Uma História de Poder. São Paulo: A Girafa, 2008.
- RILDO, Cosson. **Fronteiras Contaminadas** – Literatura como Jornalismo e Jornalismo como Literatura no Brasil dos Anos 70. Brasília: Editora UnB, 2007.
- RIBEIRO, José Hamilton. **O Repórter do Século**. São Paulo. Geração Editorial, 2006.
- _____. **Coronel não Morre**. In: revista **Realidade**. São Paulo, n. 8, novembro de 1966. P. 28-36
- S. ELIZABETH Bird e ROBERT. W. Dardenne. Mito, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Editora Vega, 1993.
- TOGNOLLI, Cláudio. **A Sociedade dos Chavões** – Presença e função do lugar-comum na comunicação. São Paulo: Escrituras, 2001.
- VILAÇA, Marcos Vinícios e ALBUQUE, Roberto Cavalcante de. **Coronel. Coronéis** – Apogeu e Declínio do coronelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.